



## RESOLUÇÃO N.º 75/2022 - CRESS 27 RR

**EMENTA:** Estabelece os patamares mínimos e máximos para fixação da anuidade para o exercício de 2023 de pessoa física e jurídica, no âmbito do CRESS e determina outras providências.

### **A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27ª REGIÃO/**

**RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, que lhes são conferidas pela Lei 8.662/93, Resolução CFESS nº 891/2018 e Regimento Interno;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

**CONSIDERANDO** a Resolução Normativa CFESS nº 853, de 21 de maio de 2018, que instala o Conselho Regional de Serviço Social 27ª Região/ Roraima;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 8 de junho de 1993, Seção 1, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências; Considerando a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 209, de 31 de outubro de 2011, Seção 1, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

**CONSIDERANDO** a Resolução CFESS nº 829, de 22 de setembro de 2017, que regulamenta as anuidades de pessoa física e de pessoa jurídica e as taxas no âmbito dos CRESS, e determina outras providências, publicada no Diário Oficial da União nº 184, de 25 de setembro de 2017, Seção 1 e respectiva retificação publicada no Diário Oficial da União nº 189, de 2 de outubro de 2017, Seção 1;

**CONSIDERANDO** as contribuições do Encontro Nacional CFESS/CRESS, momento de caráter deliberativo e propositivo, realizado na cidade de Maceió – Alagoas de 03 a 05 de setembro de 2021;

**CONSIDERANDO** a necessidade social da receita proveniente das anuidades e outros, de forma a possibilitar a adequada execução e encaminhamento das atividades e ações de atribuição legal do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima;

**CONSIDERANDO** a obrigação, de competência do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima, relativa à responsabilidade com a arrecadação de todas as contribuições que são devidas pelas pessoas físicas e jurídicas, inscritas em sua jurisdição;

**CONSIDERANDO** que nos últimos dois exercícios (2020 e 2021) não houve reajuste nas anuidades e taxas deste regional;



**CONSIDERANDO** Resolução CFESS Nº 829, de 22 de setembro de 2017, Atualizado pela Resolução CFESS nº 1.006, 27 de setembro de 2022, que estabelece o patamar mínimo **de R\$ 418,07** (quatrocentos e dezoito reais e sete centavos) e **máximo de R\$ 663,13** (seiscentos e sessenta e três reais e treze centavos), além da fixação de multas, juros, taxas e todas as demais condições da anuidade de pessoa física e de pessoa jurídica no patamar único de Patamar único de **Pessoa Jurídica: R\$ 663,13** (seiscentos e sessenta e três reais e treze centavos), bem como a fixação dos valores de multas, juros, taxas e todas as demais condições, decorrentes da fixação do valor da anuidade, tudo para o exercício de 2023.

**CONSIDERANDO** a Assembleia Geral realizada em 28 de outubro de 2022 na Universidade Estadual de Roraima – UERR, Sala 09, às 19h30min, que aprovou os valores das anuidades para pessoa física no valor **R\$ 494,00** (quatrocentos e noventa e quatro reais) de pessoa jurídica no valor de **R\$ 644,34** (seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme deliberação pactuada no Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS.

**RESOLVE:**

**Art.1º** - Fixar valor de **R\$ 494,00 (quatrocentos e noventa e quatro reais)** a anuidade de pessoa física a ser cobrada pelo Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/Roraima, no **EXERCÍCIO DE 2023**, dos profissionais inscritos e a se inscreverem e para pessoa jurídica no patamar único de **R\$ 644,34 (seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)**.

**Parágrafo Primeiro:** Os prazos para pagamento da anuidade em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, serão os seguintes, de acordo com a deliberação no Encontro Nacional do CFESS/CRESS:

- I- Janeiro de 2023, com vencimento no dia 10 de fevereiro;
- II- Fevereiro de 2023, com vencimento no dia 10 de março;
- III- Março de 2023, com vencimento no dia 10 de abril;
- IV- Abril de 2023, com vencimento no dia 10 de maio.

**Parágrafo Segundo:** A anuidade de **2023** que for quitada, neste exercício, em cota única nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril, terão os seguintes descontos:

- I – Janeiro/2023 – 15% (quinze por cento) – **R\$ 419,90 (Quatrocentos e dezenove reais e noventa centavos);**
- II – Fevereiro/2023 – 10% (dez por cento) – **R\$ 444,60 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos);**
- III – Março/2023 – 5% (cinco por cento) – **R\$ 469,30 (quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta centavos);**



**IV** – Abril/2023 – valor integral, sem desconto – **R\$ 494,00 (quatrocentos e noventa e quatro reais).**

**Parágrafo Terceiro:** A anuidade de 2023 poderá ser paga em **até 10 (dez) parcelas**, com valores iguais e sem desconto;

**Parágrafo Quarto:** A anuidade não paga em cota única até o dia **15 de maio de 2023**, ou parcela não quitada nas datas de vencimento, indicadas no parágrafo 3º deste artigo, sofrerão os seguintes acréscimos:

I - multa de 2% (dois por cento) incidente sobre a anuidade;

II - juros simples de 1% (um por cento) ao mês;

**Parágrafo Quinto:** As anuidades relativas a exercícios anteriores a **2023**, não quitadas, sofrerão os mesmos acréscimos mencionados no parágrafo 4º deste artigo, inclusive em relação à incidência da multa de 2% (dois por cento).

**Parágrafo Sexto:** A anuidade não paga em cota única e não parcelada até o dia **10 de junho de 2023**, poderá ser parcelada em até **06 (seis) vezes**, a critério do profissional interessado, sofrendo os acréscimos previstos no parágrafo 4º do presente Artigo.

**Parágrafo Sétimo:** As anuidades relativas aos exercícios anteriores a **2023**, que sejam objeto de acordo extrajudicial, sem prejuízo do disposto nos parágrafos quarto e quinto, sofrerão acréscimo de multa de 10% sobre o saldo devedor e juros moratórios na ordem de 1% ao mês, os quais incidirão a partir da data em que acordaram as partes, ensejando, também o vencimento antecipado de todas as parcelas subsequentes, no caso do não cumprimento do acordo.

**Parágrafo Oitavo:** Os acréscimos referidos no parágrafo 4º do presente Artigo, devem ser calculados sobre o valor da anuidade, no mês em que for efetuado o pagamento.

**Art. 2º** - A anuidade a ser paga integral ou proporcional, conforme o caso, pelo profissional, no ato da inscrição perante o Conselho Regional de Serviço Social competente, poderá ser parcelada em até 03 (três) vezes, a critério exclusivo deste, desde que a última parcela não ultrapasse o mês de **junho de 2023**.

**Parágrafo Único** – O profissional que se inscrever a partir do dia **01 de julho de 2023**, deverá efetuar o pagamento da anuidade proporcional, em **COTA ÚNICA**.

**Art. 3º** - Depois de firmado o “Termo de Parcelamento e Confissão de Dívida” fica limitado em até mais duas vezes, no máximo, um novo parcelamento de tais débitos havidos com o CRESS, conforme deliberação do 48º Encontro CFESS/CRESS.

**Art. 4º** - Os valores das taxas, a partir da fixação da anuidade, terão os seguintes limites máximos:

**I** – Inscrição de Pessoa Jurídica (abrangendo a expedição do Certificado de Pessoa Jurídica) **R\$ 130,27** (cento e trinta reais e vinte e sete centavos);



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 27<sup>a</sup> REGIÃO/RI



**II** – Inscrição de Pessoa Física (abrangendo a expedição de Documento de Identidade Profissional) - **R\$ 104,21** (cento e quatro reais e vinte e um centavos);

**a)** Valor da taxa inscrição – **R\$ 26,10** (vinte e seis reais e dez centavos)

**b)** Valor do Documento de Identidade Profissional –DIP – **R\$ 78, 11** (setenta e oito reais e onze centavos)

**III** – Substituição de Documento de Identidade Profissional DIP ou expedição de **2ª. Via** – **R\$ 78,11** (setenta e oito reais e onze centavos);

**IV** – Substituição de Certificado de Registro de Pessoa Jurídica - **R\$ 52,08** (cinquenta e dois reais e oito centavos)

**V** - Inscrição Secundária de Pessoa Física (abrangendo a expedição do Documento de Identidade Profissional): **R\$ 104,21** (cento e quatro reais e vinte e um centavos)

**Art. 5º** Ficar concedo a isenção de anuidade aos assistentes sociais inscritos ou que forem se inscrever, que comprovarem:

- I. Possuir idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Resolução CFESS nº 299/1994 e 427/2002;
- II. II. Ter suspenso exercício profissional no país em função de missão ou mudança temporária para outro país;
- III. III. Ter sido acometido por doenças crônico-degenerativa ou incapacitante por mais de seis meses.

**Parágrafo Primeiro:** No caso do inciso segundo a isenção durará igual período da missão ou estadia em outro país.

**Parágrafo Segundo:** No caso do inciso III a comprovação será feita por meio de laudos médicos especializados.

**Parágrafo Terceiro:** O disposto nos incisos II e III estão previstos nos artigos 62 a 67 da Resolução CFESS nº 582/2010.

**Artigo 6º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional de Serviço Social, em deliberação de seu Conselho Pleno;

**Artigo 7º** - Esta Resolução entre em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista, 01 de novembro de 2022.

**AGNALDO RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheiro Presidente  
CRESS 27 RR